



## **EXIGIMOS VALORIZAÇÃO SALARIAL**

### **E REFORMAS DIGNAS**

A economia cresce ao ritmo mais elevado dos últimos anos e o défice de 2017 prepara-se para bater o recorde atingido em 2016 em que foi conseguido o défice mais baixo desde 1974.

Estas boas novas na frente económica, conjugadas com os vários anos em que os trabalhadores da Administração Pública e os pensionistas foram o 'instrumento' usado pelos sucessivos governos para reduzir despesa de forma cega, deveriam ser suficientes para que 2018 fosse o ano da valorização salarial dos trabalhadores e dos reformados e pensionistas.

O caminho seguido até aqui permitiu reverter algumas das medidas de austeridade impostas aos funcionários públicos mas a verdade é que estamos, hoje, a viver com um rendimento real inferior ao de 2010.

**Este é, por isso, o tempo de exigirmos uma verdadeira valorização salarial.**

**E tempo de exigirmos que o descongelamento das progressões seja feito com equilíbrio e sentido de justiça.**

**É também o tempo de actualização de todas as pensões/reformas. É também essencial que se flexibilize o acesso à reforma antecipada, com redução dos fatores de penalização. Só assim poderemos rejuvenescer a nossa Administração Pública.**

Conhecemos de cor o habitual argumento da necessidade de dar passos pequenos e seguros para não se por em risco o equilíbrio das contas públicas. Mas não o aceitamos, por que:

O mesmo governo que se recusa a dar um aumento salarial aos trabalhadores, e que se recusa a dar as mesmas condições de progressão remuneratória a todos neste processo de descongelamento, é também o mesmo que abre os cordões à bolsa quando o dinheiro tem por destino a banca.



Ficámos a saber que o processo de venda do Novo Banco poderá (vai) implicar nova injeção de dinheiros públicos. No documento em que mostra as contas das novas ajudas, Bruxelas diz também preto no branco que elas terão custos para o Estado e, logo, para todos nós.

E à entrada de mais dinheiro no Novo Banco junta-se a 'engenharia fiscal' que vai permitir ao Montepio Geral usar os seus prejuízos para abater aos lucros futuros e, com isso, escapar ao pagamento do IRC.

**Em ambos os casos do que estamos a falar são de muitos milhões de euros. Mas para a banca nunca falta dinheiro nem vontade de ajudar.**

Não podemos aceitar esta diferença de tratamento.

**Esta é a hora de olhar para os trabalhadores e de os valorizar.**

**É para este objectivo que teremos que canalizar a nossa acção e se necessário a nossa luta.**

A Direcção Nacional, reunida em Lisboa a 17 de Março.